

# Mapfre Capitalização S.A.

CNPJ: 09.382.998/0001-00



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas,**  
Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 da Mapfre Capitalização S.A., elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, acompanhadas do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuais Auditores Independentes.

**Recetas de títulos de capitalização**  
As receitas com títulos de capitalização totalizaram no exercício de 2025 R\$ 152,4 milhões em decréscimo de 4,5% ou R\$ 7,2 milhões em relação ao anterior. A perda de parceiros de negócios e o mercado de incentivos estagnado, contribuíram para essa redução.

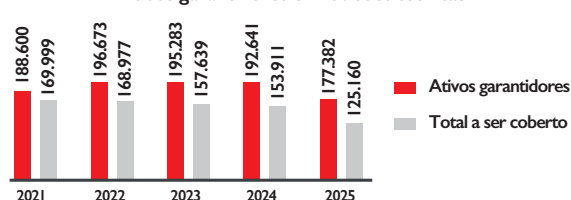
**Despesas administrativas**  
As despesas administrativas em 2025 totalizaram R\$ 11,0 milhões, uma redução de R\$ 702 mil em relação ao mesmo período do ano anterior decorrente da redução no número de colaboradores.

**Resultado financeiro**  
O resultado financeiro totalizou R\$ 13,8 milhões, um aumento de 28% em relação ao exercício do ano anterior, resultado este que foi impactado principalmente pelo aumento da taxa de juros básica SELIC no período.

**Resultado do exercício**  
O resultado totalizou em 2025 um lucro de R\$ 9,9 milhões, o que representa um aumento de R\$ 6,4 milhões em relação ao exercício de 2024, decorrente principalmente da melhora do resultado financeiro, redução das despesas administrativas e aumento da receita diferida que passou a ter o ciclo completo de diferimento comparada ao ano de 2024 quando da adoção da Circular SUSEP nº 678 de 10 de outubro de 2022.

**Declaração de capacidade financeira**  
A Mapfre Capitalização S.A. tem apresentado nos últimos 5 (cinco) anos liquidez para cobertura das reservas técnicas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Ativos garantidores e Provisões técnicas



**Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos**  
Os acionistas da Mapfre Capitalização S.A., em cada exercício, têm direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições de dividendos previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado 100% à Reserva de investimentos, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite do valor do capital social integralizado.

**Sustentabilidade**  
Com o objetivo de integrar os aspectos ESG - Ambiental, Social e Governança aos seus negócios, a Mapfre estabeleceu uma estratégia robusta e consolidada, fundamentada em seus princípios e compromissos corporativos, que orientam a adoção de práticas voltadas à preservação do meio ambiente e ao fortalecimento das suas operações. Nesse contexto, a Companhia também atua para ampliar a oferta de seguros mais inclusivos, promovendo o acesso da proteção securitária a público em vulnerabilidade, bem como expandindo seu portfólio de soluções com produtos voltados à longevidade e à promoção da economia de baixo carbono.

Essa estratégia é operacionalizada por meio do Plano de Sustentabilidade 2024-2026, que define diretrizes e metas relacionadas à gestão da pegada ambiental, à promoção da economia circular, ao desenvolvimento de políticas inclusivas, à aplicação da acessibilidade aos seguros, à gestão da pegada social e à condução responsável de produtos, investimentos e subscrição, em alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Entre os principais destaques de 2025, resalta-se o lançamento do Floresta Mapfre, iniciativa ambiental estratégica que contribui diretamente para a meta corporativa global da Mapfre de alcançar a neutralidade de carbono em suas operações até 2030. O projeto prevê o plantio de 42 mil mudas de espécies nativas da Mata Atlântica em uma área de aproximadamente 30 hectares no Parque Estadual Carlos Botelho, no estado de São Paulo, possibilitando a captura estimada de 5 mil toneladas de CO<sub>2</sub>. Esse volume permitirá à Companhia compensar integralmente suas emissões operacionais no ano de 2028.

No âmbito social, destacam-se a ampliação do projeto Mapfre na Favela, que passou a contemplar mais quatro localidades em diferentes regiões do país, com a disponibilização de três produtos de seguros de impacto social voltados a empreendedores de baixa renda residentes em comunidades, bem como o Mapfre Sênior Residencial, iniciativa direcionada à promoção da qualidade de vida da população idosa, por meio de produtos, serviços e soluções desenvolvidos para atender às necessidades específicas desse público.

Também foi lançado no COP30 o produto Bioseguro, um seguro para a mitigação do risco climático, que irá incentivar a criação de projetos de restauração de florestas não comerciais, contribuindo assim para geração de créditos de carbono.

Com essas iniciativas, a Mapfre reforça seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e reafirma seu papel como agente de transformação social, promovendo o acesso ao seguro, a inclusão social, a mitigação do risco climático e a geração de valor compartilhado para a sociedade.

**Fundação Mapfre**  
A Fundação Mapfre atua de forma ativa no Brasil para melhorar a qualidade de vida das pessoas e contribuir para o progresso social, por meio de iniciativas nas áreas de Prevenção e Segurança Viária, Promoção da Saúde, Seguros e Previdência, Ação Social e Cultura. Além disso, o estabelecimento de

parcerias públicas com Secretarias de Educação, Segurança Pública, Prefeituras e Departamentos Estaduais de Trânsito são fundamentais para ampliar o alcance das atividades e impactar um número cada vez maior de pessoas em diferentes regiões.

Em 2025, a Fundação Mapfre celebrou 50 anos de atuação, consolidando uma trajetória marcada por desafios e impacto social. No Brasil, os programas realizados nesse período beneficiaram mais de 6,8 milhões de pessoas, entre atividades presenciais e digitais, além de alcançar uma audiência de mais de 15 milhões de pessoas, contribuindo para o bem-estar da sociedade, prevenção e redução de sinistros no trânsito, acesso à informação, o incentivo à inovação e à pesquisa e a ampliação da diversidade cultural.

**Controles internos**  
A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo oferecer suporte ao negócio e às áreas operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Periodicamente, são realizados testes de controles internos, que visam estar em conformidade com as normas regulatórias e, dar confiabilidade às práticas adotadas, e os resultados obtidos são informados às áreas e aos Comitês. Os testes referem-se ao acompanhamento de novas regulamentações, aos atendimentos à fiscalização, à prevenção à lavagem de dinheiro e às fraudes, segurança física e lógica, plano de continuidade de negócios e atividade de mapeamento de processo.

**Compliance**  
O GRUPO Mapfre, com base no Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998, e alterações e, com o intuito de prevenir a utilização de produtos ou processos para o crime de lavagem de dinheiro e assegurar a conformidade com a Circular SUSEP nº 612, de 18 de agosto de 2020, e alterações, possui processos implementados para identificação, monitoramento e comunicação de operações suspeitas com indícios de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e atos ilícitos.

O GRUPO conta ainda com o Código de Ética, alinhado com os conceitos de Missão, Visão e Valores. Os canais de denúncia estão disponíveis aos empregados e públicos externos, mantendo-se disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, com reporte imediato ao Comitê de Auditoria Estatutária para acompanhamento.

**Governança de dados e segurança da informação**  
A Administração reafirma o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes. Diante dos desafios da era digital das informações, além do monitoramento em relação à segurança dos dados, governança e gestão da informação robusta e fortalecida têm sido um dos focos de atuação do GRUPO Mapfre, alinhadas à nova Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018.

**Outros assuntos**  
Em atendimento ao disposto no artigo 7º da Lei nº 15.177 de 23 de julho de 2025, a Companhia informa que as informações relacionadas à equidade de gênero serão apresentadas no relatório anual de Sustentabilidade no site da Mapfre Brasil (<https://www.mapfre.com.br/ques-somadas/sustentabilidade/>).

**Agradecimentos**  
Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos motiva a seguir em frente, em busca de novos desafios.  
São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.

A Administração

## BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
<b>Circulante</b>		<b>161.074</b>	<b>173.002</b>	<b>Circulante</b>		<b>143.412</b>	<b>164.875</b>
Disponível	5	3	5	Contas a pagar		17.789	10.272
Caixa e bancos		3	5	Obrigações a pagar	9	10.211	4.747
Equivalentes de caixa	5	97	54	Impostos e encargos sociais a recolher		1.115	1.263
Aplicações	6	153.071	168.239	Encargos trabalhistas		2.174	2.893
Outros créditos operacionais		-	11	Impostos e contribuições	10	4.289	1.369
Títulos e créditos a receber	7	7.897	4.685	<b>Débitos de operações com capitalização</b>	<b>11</b>	<b>463</b>	<b>692</b>
Títulos e créditos a receber	7	7.370	3.946	Débitos operacionais		463	692
Créditos tributários e previdenciários	17b	2	1	<b>Provisões técnicas - capitalização</b>	<b>12</b>	<b>125.160</b>	<b>153.911</b>
Outros créditos		525	738	Provisão para resgates		108.138	119.709
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>26.416</b>	<b>27.581</b>	Provisão para sorteio		13.997	29.547
Ativo não circulante		26.416	27.581	Provisão de receitas diferidas		3.025	4.655
Realizável a longo prazo		26.306	27.230	<b>Passivo não circulante</b>	<b>14</b>	<b>134</b>	<b>454</b>
Aplicações	6	24.311	24.402	Outros débitos		134	454
Títulos e créditos a receber		1.995	2.828	Provisões judiciais	14	134	454
Créditos tributários e previdenciários	17b	1.995	2.828	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>15</b>	<b>43.944</b>	<b>35.254</b>
<b>Imobilizado</b>		<b>-</b>	<b>4</b>	Capital social	15a	15.000	15.000
Bens móveis		-	4	Reservas de lucros	15b/c	29.521	22.051
Intangível	8	110	347	Ajustes de avaliação patrimonial	15b	(577)	(1.797)
Outros intangíveis		110	347	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>187.490</b>	<b>200.583</b>	
<b>Total do ativo</b>		<b>187.490</b>	<b>200.583</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

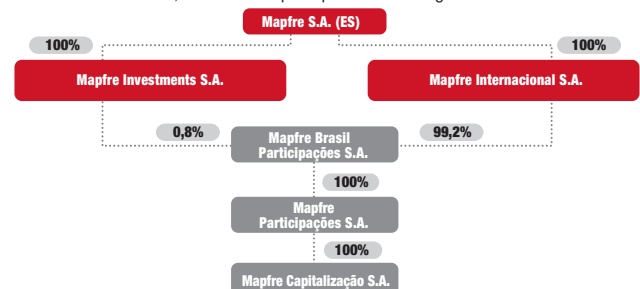
Saldo em 1º de janeiro de 2024	Nota	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de investimento			
Varição no valor justo dos ativos financeiros	15d	15.000	2.682	16.335	(823)	408	33.602
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros		-	-	(48)	(985)	-	(37)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	11	3.506	3.506
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal		-	175	-	-	(175)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15e	-	-	-	-	(832)	(832)
Reserva de investimento	15c	-	-	2.907	-	(2.907)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>15.000</b>	<b>2.857</b>	<b>19.194</b>	<b>(1.797)</b>		<b>35.254</b>
Varição no valor justo dos ativos financeiros	15d	-	-	-	1.181	-	1.181
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros		-	-	-	39	-	39
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	9.912	9.912
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal		-	143	-	-	(143)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15e	-	-	-	-	(2.442)	(2.442)
Reserva de investimento	15c	-	-	7.327	-	(7.327)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>15.000</b>	<b>3.000</b>	<b>26.521</b>	<b>(577)</b>		<b>43.944</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mapfre Capitalização S.A., doravante designada por "Companhia", é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar na modalidade de capitalização, em todo o território nacional. A Companhia está sediada na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, São Paulo - SP, CEP 04578-000 e cadastrada no CNPJ nº 09.382.998/0001-00. A Companhia é integrante do GRUPO Mapfre, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades, com sede em Madrid, Espanha. O controlador direto da Companhia é a Mapfre Participações S.A., e o controlador em última instância é a Mapfre S.A. (ES). As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO Mapfre, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO Mapfre. Em 31 de dezembro de 2025, o GRUPO Mapfre apresentava a seguinte estrutura:



### 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**a) Base de preparação:** Em consonância com a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2026. **b) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de qualquer incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros, mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dos ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos do CPC, referendados pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote pressupostos para a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revisadas de maneira similar aos períodos de administração em 25 de fevereiro de 2026. **e) Estimativas e premissas:** As estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetadas. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i) informações sobre julgamentos e estimativas adotadas, que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e ii) informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material do próximo período contábil. • Nota 3b e 6 - Aplicações; e • Nota 3f e 12 - Provisões técnicas; e • Nota 14 - Provisões judiciais. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulante. **f) Novas normas, leis e interpretações em vigor:** • Lei nº 15.079 - publicada em 30 de dezembro de 2024; A Lei institui o adicional da CSLL no processo de adaptação da legislação brasileira às Regras Globais 2025, com o primeiro recolhimento a ser feito em 2026, quando a carga tributária efetiva sobre lucro inferior a 15%. Estabelece os parâmetros da "Qualified Domestic Minimum Top-up Tax" (QDMTT), que prioriza o país de origem dos lucros na aplicação da tributação mínima sobre a renda. O objetivo é assegurar que o País receba arrecadação tributária mínima consistente com os lucros por ela auferidos, evitando-se assim o deslocamento da base tributária entre países (DLL). A consolidadora responsável por monitorar o Pilar 2 é Mapfre S.A., entidade investidora final das demonstrações financeiras. Os estudos elaborados até a presente data não identificaram impactos de carga tributária sobre o lucro consolidado no Brasil inferior a marca dos 15% estabelecido. • Decreto nº 12.499 de 11 de junho de 2025: Elevou a alíquota do IOF para seguros e algumas operações financeiras, impactando o negócio na compra de moeda estrangeira para remessa ao exterior. A Companhia não identificou impactos relevantes. • Crédito de carbono: COPC10 - Créditos de carbono (TCOE), Permissões de emissão (ALLOWANCES) E Crédito de descarbonização (CBI0): o objetivo desta orientação trata dos critérios contábeis de reconhecimento mensuração e evidencição dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de entidades em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (TCO2e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono). Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBI0). Tais eventos econômicos estão comumente ligados à originação, negociação ou aposentadoria desses ativos, bem como situações que possam dar origem a eventuais passivos associados à participação de entidades nesses mercados, decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas. Os requerimentos desta Orientação foram elaborados tomando como base a dinâmica, estrutura e funcionamento do mercado de créditos de carbono (TCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBI0). Contudo, conforme previsto no item 11(a) do CPC 23, tais requerimentos devem ser consultados e podem ser considerados como referência na contabilização de outros tipos de créditos ambientais, quer sejam em mercado voluntário ou compulsório (quando instituído), desde que a substância econômica dos eventos relacionados seja similar aos aqui descritos. Em 2025, a Companhia não fez emissão de créditos de carbono. Além da orientação do COPC 10, itens, ainda, o art. 56, da Lei nº 15.042/2024, que determina às empresas seguradoras o investimento de, no mínimo, 0,5% de suas reservas técnicas em créditos de carbono, foi objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela CNSeg em 7/9/25. Portanto, a Companhia em 2025, não fez nenhum investimento relacionado a créditos de carbono.

**g) Novas normas e interpretações, ainda não adotadas:** • Lei nº 15.270 de 26 de novembro de 2025: A Lei instituiu a reforma da tributação sobre a renda no Brasil, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. **Pessoa jurídica:** instituição da tributação pelo Imposto de Renda à alíquota de 10% nas seguintes situações: (a) beneficiário pessoa física domiciliado no Brasil e cujo valor mensal ultrapasse R\$ 50mil; e (b) beneficiário pessoa jurídica domiciliada no exterior, ainda que os dividendos sejam utilizados para aumento de capital. A Companhia não identificou impactos relevantes. • Lei Complementar 224 de 26 de dezembro de 2025: Esta lei majorou a alíquota do Imposto de Renda Retido na Fonte aplicável aos Juros sobre Capital Próprio de 15% para 17,5% e estabeleceu um corte linear de 10% nos incentivos e benefícios fiscais federais. Entre os efeitos, houve redução de benefícios vinculados ao Programa Empresa Cidadã, que contempla a extensão das licenças maternidade e paternidade. Os impactos foram avaliados e considerados não materiais. • Portaria MF nº 1.430 de 4 de julho de 2025 do Ministério da Fazenda: Regulamento a Lei nº 14.973/2024, estabelecendo o IPCA como índice de correção para depósitos judiciais e administrativos federais a partir de 1º de janeiro de 2026 sem impactos econômicos para a Companhia. Para os depósitos tributários federais realizados anteriores a 1º de janeiro de 2026, será mantida a atualização pela SELIC. • Reforma tributária: A Reforma Tributária do Consumo criou um IVA Dual, baseado na não cumulatividade, tributação no destino e ampla incidência, com apuração por documentos fiscais eletrônicos, estruturado nos regimes geral e financeiro. O ano de 2026 é destinado à adaptação e preparação das empresas, enquanto a transição gradual se inicia em 2027. A criação do Comitê Gestor do IBS pela Lei nº 227/2025 deve acelerar a regulamentação necessária para a aplicação do novo sistema. A princípio, haverá impacto no modelo de apuração do IVA Dual (CBS/IBS) e adequações nos processos de recebimento e pagamento. O processo de implementação depende da regulamentação plena do novo regime, em evolução ao longo de 2026. • CBPS 01 e 02 - Normas de divulgação de sustentabilidade: Esses pronunciamentos estabelecem requisitos para a divulgação de informações relacionadas a riscos e oportunidades significativas de sustentabilidade e clima, com potencial impacto nas demonstrações financeiras das entidades. A Administração está avaliando os impactos potenciais da adoção dos padrões CBPS 01 e 02 nas práticas de governança, gestão de riscos e divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade e às mudanças climáticas. A SUSEP ainda não adotou a referida norma. • CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis: O CPC 51 moderniza a apresentação das demonstrações contábeis brasileiras, alinhando-as à IFRS 18. Introdz categorias padronizadas na DRE, subtítulos obrigatórios do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: (i) mensurados a custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os principais ativos financeiros da Companhia são títulos públicos e fundos de investimentos exclusivos. **i. Mensurados a custo amortizado:** São classificados nesta categoria os ativos financeiros que atendam ambas as condições a seguir e que não forem designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. **ii. Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreendendo equipamentos utilizados para a produção dos negócios da Companhia, demonstrado pelo custo histórico. O custo do ativo imobilizado é reduzido pela depreciação acumulada, até a data de cada fechamento, e por perdas de redução de valor recuperável acumuladas, conforme o caso. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos para a aquisição dos itens capitalizáveis para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas entre 10 a 20%. **e) Intangível:** Compreende os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2025	2024
<b>(+) Receita com títulos de capitalização</b>		<b>152.366</b>	<b>159.547</b>
<b>(+) Contribuição com títulos de capitalização</b>	<b>16a</b>	<b>152.366</b>	<b>159.547</b>
(+) Contribuição - Quotas de capitalização e sorteio		136.337	143.201
(+) Contribuição - Quotas de carregamento		16.029	16.346
<b>(+/-) Variação da receita diferida</b>	<b>16b</b>	<b>1.630</b>	<b>(4.655)</b>
<b>(+/-) Variação da provisão para resgate</b>	<b>16c</b>	<b>(117.805)</b>	<b>(128.932)</b>
<b>(+/-) Variação da provisão de sorteios</b>	<b>16d</b>	<b>(18.765)</b>	<b>(14.103)</b>
<b>(-) Custo de aquisição</b>	<b>16e</b>	<b>(3.393)</b>	<b>(4.554)</b>
<b>(-) Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>16f</b>	<b>1.322</b>	<b>604</b>
(+) Outras receitas operacionais		1.450	840
(-) Outras despesas operacionais		(128)	(236)
<b>(-) Despesas administrativas</b>	<b>16g</b>	<b>(11.046)</b>	<b>(11,748)</b>
(-) Pessoal próprio		(6.452)	(6.038)
(-) Serviços de terceiros		(2.113)	(1.596)
(-) Localização e funcionamento		(610)	(864)
(-) Publicações		(119)	(112)
(-) Donativos e contribuições		(254)	(160)
(-) Despesas administrativas diversas		(2.469)	(3.038)
<b>(-) Despesas com tributos</b>	<b>16h</b>	<b>(1.313)</b>	<b>(1,030)</b>
<b>(+) Resultado financeiro</b>	<b>16i</b>	<b>13.789</b>	<b>10.766</b>
(+) Receitas financeiras		23.064	19.350
(-) Despesas financeiras		(9.275)	(8.584)
<b>(=) Resultado operacional</b>		<b>16.785</b>	<b>5.895</b>
<b>(=) Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>16.785</b>	<b>5.895</b>
(-) Imposto de renda	17a	(3.805)	(1.107)
(-) Contribuição social	17a	(2.469)	(843)
(-) Participações sobre o lucro		(599)	(439)
<b>(=) Lucro líquido do exercício</b>		<b>9.912</b>	<b>3.506</b>
(/) Quantidade de ações	15a	13.846.989	13.846.989
(=) Lucro líquido por ação - R\$		0,72	0,25

As notas



\* continuação

## Mapfre Capitalização S.A. - CNPJ 09.382.998/0001-00

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

contingência uma vez que não houve avaliação de "provável" para as suas ações judiciais. **PIS/COFINS** - Discute judicialmente a base de cálculo de PIS/COFINS, com base na Lei 12.973, de 13 de maio de 2014, com o entendimento de que a incidência de referidos tributos se dá apenas sobre quotas de carregamento de títulos de capitalização. Aguarda julgamento de Recursos Especial e Extraordinário. A probabilidade de perda classificada como possível no valor de R\$ 1.962 (R\$ 1.960 em 31 de dezembro de 2024).

#### 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**a) Capital social:** O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 15.000 (R\$ 15.000 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 13.846.989 ações ordinárias, sem valor nominal (13.846.989 ações em 31 de dezembro de 2024). **b) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. **c) Reserva de investimentos:** Conforme previsto no Estatuto Social, a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal, e a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio serão transferidas à conta de reserva de investimentos. **d) Ajustes de avaliação patrimonial:** Compreende o ajuste a valor justo a redução ao valor recuperável dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários. **e) Dividendos:** De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	9.912	3.506
Constituição da reserva legal	(143)	(175)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>9.769</b>	<b>3.331</b>
Dividendos mínimos obrigatórios	2.442	832
<b>Total dos dividendos distribuídos</b>	<b>2.442</b>	<b>832</b>
<b>Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício</b>	<b>25%</b>	<b>25%</b>
Quantidade de ações:		
Ações ordinárias	13.846.989	13.846.989
Dividendos distribuídos por ação	0,18	0,06

#### 16. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

	2025	2024
<b>a) Contribuição com títulos de capitalização</b>	<b>152.366</b>	<b>159.547</b>
Contribuição - Quotas de capitalização e sorteio	136.336	143.201
Contribuição - Quotas de carregamento	16.030	16.346
<b>b) Variação da receita diferida</b>	<b>1.630</b>	<b>(4.655)</b>
Reversão de receita diferida (PRD)	17.644	11.935
Constituição da provisão de receita diferida (PRD)	(16.014)	(16.590)
<b>c) Variação das provisões para resgate</b>	<b>(117.805)</b>	<b>(128.932)</b>
Constituição de provisão matemática para capitalização (PMC)	(120.101)	(132.608)
Cancelamentos de provisão matemática para capitalização (PMC)	2.298	3.669
Variação das provisões técnicas	(2)	7
<b>d) Resultado com sorteio</b>	<b>(18.765)</b>	<b>(14.103)</b>
Variação da provisão de sorteios a pagar	(18.318)	(13.661)
Variação da provisão de sorteios a realizar	(447)	(442)
<b>e) Custos de aquisição</b>	<b>(3.393)</b>	<b>(4.554)</b>
Comissões	(3.166)	(4.291)
Outros custos	(227)	(263)
<b>f) Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>1.322</b>	<b>604</b>
Títulos prescritos	1.448	815
Contingências cíveis	(112)	15
Redução ao valor recuperável	-	22
Outras despesas	(14)	(248)
<b>g) Despesas administrativas</b>	<b>(11.046)</b>	<b>(11.748)</b>
Pessoal próprio	(5.452)	(6.038)
Serviços de terceiros	(2.113)	(1.596)
Localização e funcionamento	(610)	(864)
Publicações	(119)	(112)
Compartilhamento de despesas (*)	(2.463)	(2.963)
Doativos e contribuições	(254)	(100)
Outras despesas administrativas (*)	(35)	(75)
(*) R\$ (2.463) (R\$ 2.963) em 2024 refere-se a compartilhamento de despesas e receitas entre as empresas do GRUPO Mapfre.		

#### DIRETORIA

<b>NELSON FILIPE DE OLIVEIRA LOPES ALVES</b> Diretor Presidente	<b>ALESSANDRA SAYEGH GOMES LOPES DELVAUX</b> Diretora de Controles Internos, Riscos e Conformidade <b>ANA PAULA BERNIZ PIN MODESTO</b> Diretora Executiva de Recursos Humanos	<b>ANDRÉ CONDE CASELLI</b> Diretor Executivo de Tecnologia <b>LUIZ FERNANDO PADIAL DE CAMARGO</b> Diretor Executivo Técnico	<b>ROBERTO JUNIOR DE ANTONI</b> Diretor Executivo de Operações <b>SIMONE PEREIRA NEGRÃO</b> Diretora Executiva Jurídica e Secretária Geral Brasil
--	--	--	--

#### CONTADORA

TÁLITA DE FIUME - CRC 1SP 333939/O-0	ATUÁRIA	VERA LUCIA FERNANDES LOPES - MIBA 817
--------------------------------------	---------	---------------------------------------

### RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

O Comitê de Auditoria da Mapfre Participações S.A., é um Órgão Estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade precípua de revisar, previamente à sua divulgação, o conjunto das Demonstrações Financeiras e avaliar a efetividade do Sistema de Controles Internos e das Auditorias Externa e Interna. É constituído por 4 (quatro) membros efetivos independentes e instituído na Empresa Líder Mapfre Participações S.A., em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos. Durante os primeiros 6 (seis) meses do ano de 2025 o Comitê de Auditoria foi composto pela Sra. Rosana Passos de Padua e pelos Srs. Edgar Jabbour, Francisco Petros Oliveira Lima Papanthasiadis e Luiz Cláudio Ligabue (Coordenador). A partir de 1º de setembro de 2025, o Sr. Adilson José Cardoso Pereira foi eleito para compor o Comitê, seguido pela eleição da Sra. Heloisa Belotti Bedicks em 1º de outubro de 2025, ambos em substituição aos Srs. Edgar Jabbour e Francisco Petros Oliveira Lima Papanthasiadis.

O universo de atuação do Comitê compreende a Instituição Líder e tem alcance sobre as seguintes empresas: Mapfre Capitalização S.A., Mapfre Previdência S.A., Mapfre Seguros Gerais S.A. e Mapfre Vida S.A. Os administradores da Empresa Líder e de suas Subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, gerir os riscos, manter Sistemas de Controles Internos efetivos e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, a efetividade das ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras das Subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a

qualidade e a adequação do Sistema de Controles Internos e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares.

A KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. é responsável pela auditoria e emissão de parecer dos Auditores Atuários Independentes das Subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avalia, inclusive, no contexto desse trabalho, a qualidade e adequação das provisões técnicas, dos Sistemas de Controles Internos e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares.

**Principais Atividades**  
O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à administração, gestores de riscos e controles, Auditorias Interna e Externa. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Colegiado e estão adequadamente sintetizadas.

Nas reuniões de trabalho, com administradores, executivos e técnicos das diversas Áreas da Organização, o Comitê abordou, em especial, assuntos relacionados à preparação das Demonstrações Financeiras; ao Sistema de Controles Internos; aos processos contábeis; aos critérios e metodologias nas áreas atuarial, contábil e riscos; ao processo de gestão de riscos; e aos relativos a fraude, denúncias e irregularidades. Nas situações em que identificou necessidades de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes das Auditorias Interna e Externa, oportunidades em que verificou e apreciou seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações. Considerando as informações recebidas das áreas responsáveis e dos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Externa, o Comitê constatou a inexistência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade das Empresas abrangidas.

Revisou as Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e o Relatório da Administração da Mapfre

### 19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Companhia, empresas que compõem o GRUPO Mapfre, o Conglomerado Banco do Brasil S.A., seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados.

		2025		2024		
		Ativo	Pas-sivo-Re-celta	Ativo	Pas-sivo-Re-celta	
Brasilseg Companhia de Seguros (2)	Empresa ligada	-	6 38	(23)	- 5 20	(12)
MAC Investimentos S.A. (1)	Empresa ligada	11	- 58	- 6	- 31	-
Mapfre Brasil Participações S.A. (1)	Acionista indireta	20	31 370	(700)	3 47	- (235)
Mapfre Investimentos Ltda. (1)	Empresa ligada	39	26 131	(91)	12 2 106	(32)
Mapfre Participações S.A. (3)	Acionista direta	-	2.442	-	- 832	-
Mapfre Previdência S.A. (1)	Empresa ligada	81	143 419	(1.503)	14 56	- (932)
Mapfre Seguros Gerais S.A. (1)/(2)	Empresa ligada	6.124 18.112	81.786 (42.332)	2.788 14.876	72.542 (27.324)	
Mapfre Vida S.A. (1)/(2)	Empresa ligada	1.017 1.055	7.536 (3.925)	153 284	4.128 (1.732)	
MAVDY Ltda. (1)	Empresa ligada	63	- 466	(178)	5 33 572	(187)
PROTENSEG Corretora de Seguros Ltda. (1)	Empresa ligada	7	(1) 34	(4)	5 - 39	-
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda. (1)	Empresa ligada	8	5 67	(103)	5 - 47	-
<b>Total</b>		<b>7.370 21.819 90.905</b>	<b>(48.859) 2.991 16.135 77.485</b>	<b>(30.454)</b>		

1) Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada Empresa, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da Mapfre Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: i) administração financeira; ii) tecnologia da informação; iii) localização; iv) jurídico; v) recursos humanos; vi) marketing e vii) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO Mapfre. 2) Refere-se à venda de títulos de capitalização que são oferecidos em incentivo na venda de seguros. 3) Refere-se à distribuição de dividendos.

**a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É estabelecida anualmente, por meio da Assembleia Geral Ordinária a remuneração, os benefícios, os bônus e a participação nos lucros da Administração. Os montantes são pagos pelas empresas do GRUPO Mapfre.

	2025	2024
Honorários	21.270	20.397
Benefícios	10.735	9.208
Bônus e participação nos lucros	17.325	13.627
Incentivos de longo prazo - ILP	23.645	-
<b>Total</b>	<b>72.975</b>	<b>43.232</b>

A Companhia tem como política o pagamento baseado em ações da controladora a seus Administradores.

### 20. OUTRAS INFORMAÇÕES

#### a) Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria está instituído na empresa Mapfre Participações S.A., nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, tendo alcance sobre a Companhia.

#### b) Honorários de auditores independentes

Os honorários dos auditores independentes praticados são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas da Mapfre S.A. (ES).

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Aos Conselheiros e Diretores da Mapfre Capitalização S.A. São Paulo - SP

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da Mapfre Capitalização S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mapfre Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

#### Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Avaliação da mensuração da provisão matemática para resgates dos títulos de capitalização (PMC)

##### Veja as Notas nºs 3(f) e 12 das demonstrações financeiras

#### Principal assunto de auditoria

A Companhia mantém a provisão matemática de capitalização (PMC), relacionada ao resgate de títulos de capitalização, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. Para mensurar a referida provisão, a Companhia utiliza-se de percentuais definidos nas condições gerais dos produtos de capitalização, aplicados sobre os valores de arrecadações registrados no período, adicionado a incidência de juros e atualização monetária. Consideramos a avaliação da mensuração da Provisão Matemática de Capitalização (PMC), como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos no contexto das demonstrações financeiras.

#### Como auditoria endorecou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de parametrização do cálculo da PMC no sistema operacional de acordo com as condições gerais do produto, processo de aprovação e liquidação financeira dos resgates;
- confronto dos totais das bases analíticas de arrecadações emitidas e de resgates pagos no período, bem como dos montantes de atualização monetária e juros reconhecidos, com o fluxo de movimentação da PMC e respectivos saldos contábeis;
- recálculo da constituição da PMC conforme informações das condições gerais dos produtos de capitalização;
- testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos

das provisões técnicas para capitalização, como valores de arrecadação emitidas e de resgates pagos, por meio do confronto com as respectivas documentações suportes e comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e

(v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possuem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas

razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.

<b>Heloisa Belotti Bedicks</b> Coordenadora e Membro Titular	<b>Adilson José Cardoso Pereira</b> Membro Titular
<b>Luiz Cláudio Ligabue</b> Membro Titular	<b>Rosana Passos de Padua</b> Membro Titular

<b>KPMG</b> KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP-014428-O-6 F SP	<b>Érika Carvalho Ramos</b> Contadora CRC 1SP224130/O-0
--	--

### PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

#### Aos Administradores e Acionistas da Mapfre Capitalização S.A. São Paulo - SP

#### Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Mapfre Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2025, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

#### Responsabilidade da Administração

A Administração da Mapfre Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se

refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Mapfre Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.